



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Aquisição de materiais visando à execução de projeto luminotécnico para o pavimento ático do Edifício Sede do TRE-SC.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

A presente contratação é motivada pela necessidade de substituição de lâmpadas e luminárias a fim de atender ao novo projeto da CIS para o salão de eventos e copa do pavimento Ático do edifício Sede do TRE-SC. Lâmpadas com a tecnologia de iluminação em led em razão da maior eficiência energética desses equipamentos, que reduz o consumo de energia elétrica sem prejuízo da qualidade e do conforto da iluminação nos ambientes.

2.2. Objetivos e Benefícios

Espera-se com esta aquisição que o atendimento das demandas para melhoria da iluminação nos ambientes de eventos e copa, obedecendo ao projeto da Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços, seja realizado com maior rapidez, eficiência e economia mantendo o conforto da iluminação nos ambientes, além do atendimento das normas.

2.3. Alinhamento Estratégico

SGP3.

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Estudos Preliminares juntados no PAE n. 26.828/2022.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

As quantidades previstas foram baseadas no projeto da Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços.

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

Item	Especificação	Quant.
1	Fita LED 220V, 7,4W, 220V, 3000K, com capa emborrachada, com conectores e plugues, conforme o projeto em anexo e os dados a seguir:	
	Cortineiro 1 – 5,84m	6
	Cortineiro 2 – 5,60m	6
	Cortineiro 3 – 5,62m	6
	Cortineiro 4 – 7,92m	8
	Cortineiro 5 – 7,60m	8
	Sancas 1.2.3 (3X4,20m)	15



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	Sanca 4 – 5,85m	6
	TOTAL	55m
2	Luminária de Embutir face plana, duplo PAR 20 , 23x1,5cm.metal, na cor branca.	2
3	Luminária de Embutir dupla para lâmpada PAR 20 preta.	1
4	Lâmpada PAR 20, E 27, 3000K, 6W, Bivolt, 535 lm.	6
5	Luminária Decorativa pendente em aro circular, preto e dourado, com mangueira de LED 35W. 60 cm de diâmetro, aproximadamente 2625lm.	1
6	Perfil de sobrepôr plano de 24V, 35mm, com 2m. Potência de 56W, 1920lm. IRC>90, inclusos acessórios para união, na cor branca.	13
7	Spot de embutir face plana quadrada, 3000K, 4,5W Bivolt 9,5X9,5cm, am ABS, na cor branca,	4
8	Spot de embutir face plana quadrada, 3000K, 4,5W Bivolt 9,5X9,5cm, am ABS, na cor preta.	3
9	Arandela LED mini com 2 fachos aberto e fechado 5W, 3000K IPC 65, Bivolt, 36X100X20mm. 85lm, na cor branca.	3
10	Trilhos eletrificados 2m, na cor preta , incluso acessórios para união dos trilhos.	6
11	Spots para trilho PAR 30 diam. 10,3X14,2cm. Alumínio preto	10
12	Lâmpada PAR 30, E27 25º, 3000K, 9W bivolt.	10
13	Pendente balão diam 25X35cm, metal na cor preta e vidro translúcido, para balcão da copa	4
14	Lâmpada filamento LED E27, 2700K, 7W, Bivolt	4
15	Luminárias de sobrepôr para ambiente externo, 12W, 6500K, 830lm. Na cor branca.	9

2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica.

2.9. Parcelamento e Adjudicação

Na presente contratação o parcelamento de cada item é viável por razões de economia. Dessa forma, a adjudicação do objeto poderá se dar por item.

2.10. Seleção do Fornecedor

A seleção do fornecedor se dará pela proposta de menor preço dentre os proponentes ou licitantes habilitados e classificados.

2.10.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

2.10.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.11. Modalidade e Tipo de Licitação

Os materiais pretendidos são oferecidos por diversos fornecedores e apresentam características normatizadas. Assim, pode-se concluir que são bens comuns, justificando, portanto, a utilização da modalidade “Pregão”, sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica, tipo “Menor Preço”.

2.12. Impacto Ambiental

A Contratada, na entrega dos materiais adquiridos deve pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar o desperdício de insumos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo Contratante.

As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;
- b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Racionalização / economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- d) Reciclagem / destinação adequada dos resíduos gerados;
- e) Descarte adequado, da forma ecologicamente correta e em conformidade com a legislação ambiental e sanitárias vigentes, de materiais tóxicos.

A Contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para preservação de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos no fornecimento contratado.

2.13. Conformidade Técnica

Os produtos adquiridos devem seguir os ditames de normas técnicas:

- NR-17 (atualizada 2021) - nr-17-atualizada-2021
- ABNT NBR 8995-1 - Iluminação de ambientes de trabalho
- NHO 11 – Norma de Higiene Ocupacional – Procedimentos Técnicos
- NBR IEC 62722-2-1:2016 - Desempenho de luminárias;
- ABNT NBR IEC 62031:2013 - Módulos de LED para iluminação em geral - Especificações de segurança;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- ABNT IEC/TS 62504:2013 - Termos e definições para LEDs e os módulos de LED de iluminação geral;
- Selo de conformidade INMETRO

2.14. Obrigações da Proponente

Devem os proponentes fornecer todas as especificações necessárias a possibilitar a análise técnica das propostas conforme requisitos técnicos, fornecendo amostras dos produtos se necessário.

2.15. Obrigações da Contratante

São obrigações da contratante:

- Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos na nota de empenho ou no edital licitatório;
- Promover, através de seu representante, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a fiscalização da presente aquisição, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

2.16. Obrigações da Contratada

São obrigações da contratada:

- Fornecer os produtos no prazo e demais condições estipuladas na proposta.
- Entregar os produtos no Edifício Anexo I do Tribunal Regional Eleitoral, situado na Esteves Junior, nº 80, Centro – Florianópolis/SC, no horário das 13h às 19h, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta.
- O prazo de entrega dos produtos será de, no máximo, **15 (quinze) dias**, contados a partir do recebimento, pelo licitante vencedor, da nota de empenho emitida pelo TRE-SC.
- Após recebidos, os materiais serão conferidos pelo setor competente. Se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-lo, no prazo máximo **de 5 (cinco) dias**.
- Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos, de que trata o subitem anterior, não interromperá a multa por atraso prevista na licitação.
- Em caso de substituição de produto, conforme previsto anteriormente, correrão à conta do licitante vencedor as despesas decorrentes da devolução e nova entrega.
- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-SC.
- Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.17. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

Descritos no item 2.7 deste PB/TR.

3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

1	Fita de LED (tipo 3528), para utilização sem fonte. Quantidade de LED por metro: 30 Potência por metro: 7.4 W/m. Incluindo conectores e plugues. Referência: Gaya.
---	---



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2 e 3	Luminária duplo PAR 20, modelo M202. Referência: Impacto.
4	Lâmpada LED PAR20 E27 3000K 6W Bivolt, ECO 36°. Referência: Stella.
5	Pendente Mantra Dourado, código OC011S, da Bella Iluminação.
6	ARCHI perfil de sobrepor plano, modelo STH20972BR/27, incluindo acessórios para união linear - 2M. Referência: Stella.
7 e 8	Spot de Embutir LED Easy Face Plana Quadrado ABS Branco, código STH7915/30. Referência: Stella Iluminação.
9	ARANDELA LED WALL MINI 2 FACHOS ABERTO/FECHADO, 5W, modelo STH9731PTO/30/ STH9731BR/30. Referência: Stella.
10	Trilho Eletificado de Sobrepor 2 Metros Alumínio Preto, modelo SD1020PTO, inclusos acessórios para união dos trilhos. Referência: Stella.
11	Spot de Trilho Lille PAR30 Ø10,3x14,2cm Alumínio Preto, dimensões aproximadas 14,2C x 10,3 D x 14,2 L cm, modelo 6031. Referência: Nordecor.
12	Lâmpada LED PAR30 E27 3000K 9W Bivolt, ECO 25°, Stella.
13	Pendente Aquário Redondo Ø25x35cm Metal e Vidro, código 4644. Referência: Munclair.
14	Lâmpada LED Bulbo Filamento E27 2700K 7W Bivolt, vidro translúcido. Referência: Stella.
15	Plafon de Sobrepor Eco Stella Led 12W 6500K Bivolt 161x161mm Branco STH21962Q/65. Referência: Stella.

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daqueles).

3.1.2. Códigos SIASG

1	Fita de LED	448561
2 e 3	Luminária duplo PAR 20	447016
4	Lâmpada LED PAR20	446958
5	Pendente	484605
6	Perfil de sobrepor	452430
7 e 8	Spot de Embutir LED	419959
9	ARANDELA LED	240864
10	Trilho Eletificado	365639
11	Spot PAR30	419959
12	Lâmpada LED PAR30	458413
13	Pendente Redondo	484605
14	Lâmpada LED filamento	458413
15	Plafon de Sobrepor	469139

3.1.3. Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo dos materiais.

3.2. Modelos de Documentos

Não se aplica.

Florianópolis, em 18 de agosto de 2022.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

A gestão da aquisição será efetuada pelo servidor titular da função de Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura, ou seu substituto, ou seu superior imediato, procedendo o recebimento provisório e definitivo do material. O protocolo de comunicação deve ser materializado por meio de correio eletrônico ao fornecedor, à Seção de Gerenciamento de Contratações e à Secretaria de Administração e Orçamento.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRE-SC e da Contratada

O fornecedor deverá entregar o produto no prazo e demais condições estipuladas na proposta. Não sendo possível transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-SC. Como também, deve manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

A Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura receberá o material conferindo as especificações descritas no contrato ou nota de empenho. Se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá efetuar a substituição no prazo máximo de **5 (cinco) dias**, contados da respectiva notificação, arcando com todas despesas.

A Seção de Gerenciamento de Contratações da Coordenadoria de Contratações e Materiais procederá o encaminhamento da nota de empenho à parte contratada; a publicação da nota de empenho no site do TRE-SC; a informação à unidade demandante, da Equipe de Gestão da Contratação e demais partes interessadas; a anotação do termo final para entrega do objeto; o registro dos dados da contratação em bancos de dados próprios; e o registro das providências adotadas no PAE que originou a contratação.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Os produtos devem ser entregues no edifício Anexo I do Tribunal Regional Eleitoral, situado na Esteves Junior, nº 80, Centro – Florianópolis/SC, no horário das 13h às 19h, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

Caberá ao servidor titular da função de Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura, ou seu substituto, ou seu superior imediato, efetuar o recebimento provisório e definitivo do material.

Prazo de entrega: **15 (quinze) dias**, contados a partir do recebimento da nota de empenho.

1.3. Instrumentos Formais

Os instrumentos formais serão aqueles relacionados às ocorrências no recebimento dos produtos, que podem ser materializados por meio de correio eletrônico ao fornecedor e à Secretaria de Administração e Orçamento, bem como a própria atestação do recebimento do bem e os respectivos documentos fiscais.

1.4. Prazos de Garantia

Após o recebimento definitivo, se constatado defeito nos produtos dentro do período de garantia legal, será acionado o respectivo fornecedor para substituição do lote avariado.

1.5. Acompanhamento do Contrato

Caberá ao servidor titular da função de Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura, ou seu substituto, ou seu superior imediato, efetuar o recebimento provisório e definitivo dos produtos, bem como todos os atos advindos da entrega dos materiais.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

O recebimento provisório ocorrerá na entrega dos materiais, verificando-se o atendimento de todas as especificações técnicas e normativas.

O recebimento definitivo dar-se-á em até:

- a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

O recebimento definitivo será dado se, e somente se, tiverem sido atendidas todas as exigências da Fiscalização referentes a defeitos e imperfeições que venham a ser verificadas nos materiais entregues.

1.7. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica.

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

1.11.2. Ficar impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.2.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;

c) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;

g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;

h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e

i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.2.2. As sanções previstas no subitem 1.11.2.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.2.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.2.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.2.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.3. Para os casos não previstos no subitem 1.11.2.1, se o licitante vencedor descumprir as condições deste Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.3.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.3.1.1 As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.3.1.2 As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do contrato;

1.11.3.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do contrato;

1.11.3.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.4. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.5. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.2 e na alínea "c" do subitem 1.11.4 são de competência do Presidente do TRE-SC.

1.11.6. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Pregão, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.6.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.6, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.6.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.7. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea "c" do subitem 1.11.4, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.8. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.8.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.8.2. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Diretor-Geral, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

1.11.8.3. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea "c" do subitem 1.11.4 exaure-se a esfera administrativa.